8.1 — A seriação e ordenação serão feitas com base na classificação definida na seguinte fórmula:

$$CF = \frac{HA+EP+EE+AL}{4}$$

em que:

CF — classificação, tendo em conta os seguintes critérios aprovados em reunião do conselho científico da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra:

HA — habilitações académicas;
EP — experiência profissional na área da Saúde Ambiental;
EE — experiência de ensino no curso de Saúde Ambiental;
AL — actividades de investigação.

9 — Ao júri reserva-se a possibilidade de solicitar informações complementares se o considerar necessário.

10 — O não cumprimento do presente edital ou a entrega de documentos fora do prazo implica a eliminação dos candidatos.

11 — Das decisões finais proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.

12 — O júri do concurso, designado pelo conselho científico da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, terá a seguinte constituição:

Presidente — Mestre João António Neves Gil, professor-coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.
Vogais efectivos:

Mestre Ana Cristina Tavares Paixão dos Santos Girão, professora-coordenadora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Mestre Ana Maria da Conceição Ferreira, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Vogais suplentes:

Mestre Susana Patrícia Costa Viegas, professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

Mestre Luís Manuel Neves da Silva Cavalheiro, professor-adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

2 de Agosto de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa

Edital n.º 407/2006

1 — Luís Manuel Vicente Ferreira Simões, presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, faz saber, nos termos do n.º 1, alínea h), do artigo 15.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa, aprovados pelo Despacho Normativo, n.º 181/91, de 22 de Agosto, dos artigos 7.º, n.º 1, 15.º, 16.º, 19.º, 20.º, 24.º, 26.º, 27.º, 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e 5.º do Decreto-Lei n.º 192/85, de 24 de Junho, que está aberto, pelo prazo de 30 dias, concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de professor-coordenador para a área científica de Medicina Nuclear do Departamento das Ciências e Tecnologias das Radiações e Biossinais da Saúde, da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

2 — A vaga colocada a concurso enquadra-se no despacho n.º 5766/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de Março de 2005, que atribui ao Instituto Politécnico de Lisboa a quota de docentes ETI padrão.

3 — Ao presente concurso podem apresentar-se os candidatos nas condições referidas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com formação em Tecnologias da Saúde, na área científica de Medicina Nuclear.

4 — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Lisboa e dele devem constar os seguintes elementos:

- Nome completo;
- Filiação;
- Data e local de nascimento;
- Número de bilhete de identidade, data e serviço emissor;
- Estado civil;
- Residência e número de telefone;
- Habilitações académicas e profissionais;
- Categoria profissional e cargo que actualmente ocupa;

i) Identificação do concurso a que se candidata e referência ao *Diário da República* em que foi publicado o presente edital.

5 — O requerimento deverá ser acompanhado de:

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Certificado do registo criminal;
- Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório, se for caso disso;
- Documento comprovativo de que possui a robustez física para o exercício das funções e de que cumpriu as leis de vacinação obrigatória;
- Cinco exemplares da lição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- Cinco exemplares da dissertação a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, ou, no caso de se encontrarem nas condições do n.º 3 do mesmo artigo, três exemplares da tese de doutoramento ou da dissertação presente em anterior concurso;
- Cinco exemplares do *curriculum vitae* pormenorizado, numerados e rubricados, bem como a indicação de outros elementos relevantes para apreciação da candidatura;
- Um exemplar de cada um dos trabalhos científicos e ou pedagógicos referidos no *curriculum vitae*;
- Documentos comprovativos das suas habilitações académicas e profissionais donde conste a classificação final;
- Documento comprovativo de que o candidato reúne as condições estabelecidas no n.º 3 deste edital;
- Lista completa da documentação apresentada.

5.1 — Os candidatos que estejam nas condições do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, estão dispensados da prova referida na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo.

5.2 — O currículo científico e pedagógico deverá pôr em evidência o equilíbrio entre as competências pedagógica e científica dos candidatos e a sua adequação à docência numa escola do ensino superior politécnico em Tecnologias da Saúde.

5.3 — O documento suporte da prova indicada na alínea e) do n.º 5 não deverá, como referência, exceder 30 páginas excluindo anexos e apêndices.

5.4 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 5 aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma delas.

5.5 — Os candidatos que sejam docentes da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa ficam dispensados da apresentação de todos os documentos exigidos que aleguem constar e que, efectivamente, constem do respectivo processo individual.

6 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos estão sujeitas às punições previstas nos termos da lei.

7 — O júri poderá exigir aos candidatos a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

8 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a exclusão dos candidatos.

9 — Das decisões proferidas pelo júri não cabe recurso, excepto quando arguidas de vício de forma.

10 — Por decisão do conselho científico, nos termos do artigo 16.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, os critérios de selecção e ordenação dos candidatos terão como base:

A adequação do currículo do candidato para se integrar nos projectos de ensino e investigação a desenvolver pela Escola;

Experiência de ensino em escolas superiores de tecnologias da saúde;

Participação em órgãos ou comissões de gestão, científicas ou pedagógicas em instituições de ensino superior na área da saúde;

Experiência de coordenação ou responsabilidade pedagógica e ou científica em instituições de ensino superior na área da saúde.

11 — A homologação da lista de classificação final fica dependente da confirmação de cabimento orçamental, a obter junto da correspondente delegação da Direcção-Geral do Orçamento.

12 — Garantia de igualdade de tratamento — a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição.

13 — A apresentação das candidaturas pode ser feita directamente no Serviço de Recursos Humanos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa ou por correio, com aviso de recepção, para a Avenida de D. João II, lote 4.69.01, Parque das Nações, 1990-096 Lisboa.

14 — A composição do júri, aprovada pelo conselho científico da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa em 21 de Junho de 2006, é a seguinte:

Presidente — Professor-coordenador Luís Manuel Vicente Ferreira Simões, presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais:

Prof. Doutor Eduardo Ducla Soares, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Prof. Doutor Manuel Rubin Silva Santos, professor-coordenador da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.

Prof. Doutor Joaquim Augusto Silveira Sérgio, professor-coordenador com agregação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

26 de Julho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel de Almeida Correia*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 18 548/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Helena Maria Martinho Lopes Cláudio como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial (20%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, por dois períodos de três meses, um com início em 1 de Outubro de 2006 e outro com início em 1 de Abril de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 549/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente deste Instituto, foi a Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral e exclusividade, para exercer funções na Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto, no período de 1 de Outubro de 2006 a 2 de Maio de 2008, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 550/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de António João Barroso da Silva como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%), por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, a partir de 1 de Novembro de 2006 e até 30 de Abril de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 551/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Maria Lopes André Jorge Bernardes como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial (30%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, por dois períodos de três meses, um com início em 3 de Janeiro de 2007 e o outro com início em 1 de Maio de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 30% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 552/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Carlos Manuel Marques Ferreira como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, por dois períodos de três meses, um com início em 2 de Outubro de 2006 e outro com início em 1 de Março de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 553/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente deste Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Paulo Jorge de Oliveira Dias Costa, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, a partir de 1 de Janeiro de 2006 e até 31 de Maio de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 554/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de José de Santo Amaro Rocha como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, por dois períodos de dois meses, um com início em 1 de Dezembro de 2006 e outro com início em 2 de Abril de 2007, a que corresponde a remuneração de 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 555/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente deste Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de José António da Costa Salgado, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (30%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, por dois períodos de dois meses, um com início em 3 de Janeiro de 2007 e outro com início em 2 de Maio de 2007, a que corresponde a remuneração correspondente a 30% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 556/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente do Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Eduardo Manuel Perdigão Duarte Jacinto, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%) e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Enfermagem de Santarém, pelo período de oito meses a partir de 1 de Janeiro de 2006, a que corresponde a remuneração de 20% do escalão 1, índice 185 (sem exclusividade), da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 18 557/2006

Por despacho de 8 de Agosto de 2006 da presidente deste Instituto, foi a Maria Filipa Silva Ferreira Lima Miranda Nogueira autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, para exercer funções na Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto, no período de 1 de Outubro de 2006 a 20 de Fevereiro de 2007, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 135 (pela aplicação da Lei n.º 43/2005 de 29 de Agosto), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.